

A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E OS IMPACTOS NA SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Vanilda Batista Ribeiro – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Berta Leni Costa Cardoso – Universidade do Estado da Bahia/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo

O trabalho docente nas universidades públicas brasileiras apresenta um quadro considerável de precarização, o que piorou na pandemia. A saúde/adoecimento do(a) docente está diretamente relacionada a valorização do seu trabalho, que ocorre em cinco dimensões: formação (inicial e continuada), carreira, salário, condições de trabalho e saúde. Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, o instrumento utilizado foi o Questionário sobre a Valorização Docente, os pesquisados foram 27 docentes da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII. Os resultados mostram que os pesquisados não se sentem valorizados especialmente por questões salariais e de carreira; a motivação para formação continuada é a melhoria salarial; os docentes contratados não possuem os mesmos direitos que efetivos; as condições de trabalho afetam na saúde, o que piorou no contexto pandêmico, sendo as mulheres as mais afetadas. Conclui-se que há a necessidade da promoção de políticas públicas para a real valorização docente.

Palavras-chave: Valorização docente. Saúde. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (ONU) declarou que a covid-19 se tornou uma pandemia, este foi um fenômeno imprevisível, pois, apesar de já ter existido outros surtos de doenças, o SARS-Cov-2 (covid-19) é um vírus altamente contagioso transmitido entre humanos, que já matou mais de 5 milhões de pessoas no mundo (MCKEEVER, 2021). As medidas tomadas com intuito de reduzir a disseminação do vírus afetou abruptamente a vida das pessoas.

Com a proibição de aglomerações, diversas atividades foram adaptadas para que ocorressem de forma remoto. O *home office* se tornou um termo muito adotado sendo a melhor forma de manter o trabalho estando dentro de casa, onde o colaborador atua a distância utilizando tecnologias como internet e computador, por exemplo. Desse modo, assim como grande parte das instituições educacionais, as universidades aderiram ao Ensino Remoto

Emergencial (ERE), que se trató de una solución temporária, permitiendo à comunidade acadêmica manter suas atividades no contexto de pandemia.

Em circunstâncias normais, o trabalho docente nas universidades públicas brasileiras apresenta um quadro considerável de precarização, com intensas jornadas diárias, flexibilização das relações trabalhistas, sobrecarga de trabalho (CAMPOS; VÉRAS; ARAÚJO, 2020), competitividade, falta de reconhecimento e valorização social (SILVA; BERNARDO; SOUZA. 2016). Com a pandemia ficam ainda mais escancaradas as dificuldades encontradas pelos mesmos, que vão além dos problemas já vivenciados em seu cotidiano.

Os professores passaram por uma grande mudança de rotina, onde o ofício é introduzido nos momentos de lazer gerando precarização e intensificação do trabalho. A vista disso, Rodrigues *et al.* (2020) inteiram que os docentes se esforçam à exaustão, sacrificando o lazer em favor do trabalho e isso tem gerado consequências para a saúde. Para mais, Franco *et al.* (2022) salientam que a utilização do espaço doméstico se tornou uma nova forma de precarizar o trabalho dos professores, pois dividir simultaneamente as atividades profissionais e familiares pode trazer sérios riscos à saúde.

A pandemia contribuiu consideravelmente para a precarização do trabalho docente gerando consequências para a saúde física e mental (MANGABEIRA; FONSECA; SOUZA, 2022). Além dos problemas de saúde físicos que podem ser gerados ou agravados com a pandemia, em que as pessoas não saem de casa para se exercitarem, por exemplo, essas condições também podem provocar problemas de saúde mental como ansiedade, depressão e Síndrome de Burnout, síndrome essa que decorre de uma resposta crônica aos estressores interpessoais ocorridos na situação de trabalho, que envolve também exaustão emocional e baixa realização do trabalho (CARLOTTO, 2002).

A saúde/adoecimento do(a) docente está diretamente relacionada a valorização do seu trabalho, que ocorre em cinco dimensões: formação (inicial e continuada), carreira, salário, condições de trabalho e saúde (CASTRO NETA, 2020). Souza *et al.* (2021) reforçam que, no contexto pandêmico, os lares se tornaram o ambiente de trabalho em tempo integral, e isso traz consequências ainda pouco exploradas na saúde dos professores. Sendo assim, o objetivo deste trabalho consiste em avaliar a valorização do trabalho docente e identificar os impactos na saúde dos docentes em meio a pandemia da covid-19.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo, o instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um questionário validado intitulado Questionário sobre a Valorização Docente (Q-VD) (MOREIRA; MUSSI; CARDOSO, 2022), que é destinado à professores da educação básica, mas foi adaptado para os professores do ensino superior. Algumas questões abertas foram acrescentadas a fim de entender esses fatores especificamente no contexto pandêmico e outras foram adaptadas ou suprimidas em função do objetivo da presente pesquisa. A coleta de dados aconteceu entre fevereiro e setembro de 2022, o questionário foi realizado virtualmente através do aplicativo *Google Forms*, foi criado um link, e a divulgação foi feita através do aplicativo *WhatsApp* e *E-mails*.

A aplicabilidade se deu após consentimento dos pesquisados que aceitarem participar deste estudo, garantindo-lhes o sigilo de sua identidade. Os pesquisados foram 27 docentes da Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XII – Guanambi – BA que compõem uma população de 96 professores.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, que tem a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2008), com abordagem quantitativa e qualitativa. Neste estudo, a análise dos dados qualitativos foi feita pela análise do conteúdo das respostas discursivas coletadas através das questões abertas. Algumas falas serão apresentadas e identificadas como “Participante 1” ou “Participante 2”, por exemplo. Os dados quantitativos através da estatística descritiva e inferencial por meio do software SPSS. As informações obtidas a partir dos questionários foram inseridas em planilha específica do software SPSS 21 e, posteriormente, analisadas por meio de recursos estatísticos descritivos (frequência simples e percentual) e inferenciais (testes de hipóteses). O teste de correlação utilizado foi o Spearman, para as análises foram consideradas o nível de significância $p < 0,05$.

Como critérios de inclusão, foram selecionados os docentes da Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XII que preencheram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e responderam ao questionário Q-VD, não participaram da pesquisa os docentes que não preencheram o TCLE ou que estavam afastados por algum tipo de licença.

Este estudo fez parte de um projeto Guarda-chuva do projeto intitulado Indicadores de saúde, qualidade de vida e formação de discentes, docentes e profissionais da educação

CAAE: 43789015.4.0000.0057 seguindo aspectos éticos e aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra foi composta por 27 docentes do departamento de educação campus XII da Universidade do Estado da Bahia: Educação Física (11 professores), Pedagogia (7 professores), Enfermagem (5 professores), Filosofia (1 professor), Farmácia (1 professor), Fisioterapia (1 professor) e Letras (1 professor).

O corpo de educadores da Universidade do Estado da Bahia estava composto por 16 mulheres e 11 homens, com idades que variam entre 33 e 60 anos. Prevaleceu a presença de professores casados/união estável (74,1%), com filhos (75%), que possuem uma renda mensal de cinco salários mínimos (25,9%) ou mais de cinco salários mínimos (55,6%).

No que tange ao nível de formação dos docentes, 11,1% possuem especialização, 44,4% são mestres, e 40,7% são doutores. Houve maior concentração de trabalho no regime 40 horas semanais (70,4%) e 77,8% trabalham apenas em uma instituição.

Dos pesquisados, 66,7% são associados ao sindicato, mas 29,6% destes afirmam não participar ativamente das lutas sindicais por melhorias na profissão, e 63% declaram conhecer parcialmente as políticas de valorização docente.

Em um estudo com docentes baianos universitários foram encontrados resultados semelhantes, em que 68,3% dos professores eram sindicalizados, no entanto, 42,6% destes consideravam que não havia influência significativa do sindicato nas políticas adotadas pela instituição em que trabalhavam (SILVA *et al.*, 2006). A fragilização das organizações dos trabalhadores e a falta de uma organização sindical que favoreça a liberdade de expressão são fatores de precarização do trabalho docente (DRUCK, 2011; VILELA, GARCIA; VIEIRA, 2013)

Os sindicatos dos trabalhadores da educação são essenciais para melhoria da profissão e manutenção dos direitos e, deixar de participar da vida sindical, pode resultar na perda desses direitos. Para Marx (1866), o sindicalismo objetiva a conquista de melhores salários, condições de trabalho e a união da classe trabalhadora. Ele ainda salienta que o sindicato deve

apoiar os movimentos sociais e políticos que buscam o fim do capitalismo e, portanto, da exploração.

Ainda sobre a importância dos sindicatos na valorização do trabalho docente, especificamente sobre os sindicatos dos professores da educação superior, entre os anos de 1995 e 2002, através das greves eles impediram a privatização da universidade, lutaram contra a não abertura do concurso público, o sucateamento das infraestruturas e o congelamento de salários (MAUES, 2015).

Como pontuado anteriormente, a valorização do trabalho docente acontece na medida que ele possua condições para o exercício da função, que são: formação, carreira, piso salarial e condições adequadas para o trabalho (SOUSA *et al.*, 2020; CASTRO NETA, 2020).

Na Bahia, a Lei 8.352/2002 determina o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado, o qual regulamenta o trabalho docente na Universidade do Estado da Bahia, contudo, o mesmo não menciona mecanismos que impactem significativamente na melhoria das condições do ambiente de trabalho e da proteção e promoção da saúde do docente universitário. No que se refere ao docente servidor público, as leis ainda não garantem direitos referentes ao bem-estar laboral, à garantia de um local de trabalho adequado e à prevenção de futuros danos provenientes do desgastante trabalho na docência superior.

No que se refere a formação, a LDB 9394/1996, artigo 62, incisos 1º ao 3º determina que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (BRASIL, 1996).

Valorização do trabalho docente em cinco dimensões

Tendo em vista a formação dos docentes deste estudo, a maioria dos pesquisados realizou a formação no curso regular de uma universidade ou faculdade pública presencial, atualmente 25,9% dos pesquisados estão em processo de formação continuada (5 doutorandos e 2 mestrados). A formação continuada é uma forma de potencializar e valorizar o trabalho docente, através dela pode-se obter maiores conhecimentos, permitindo ao professor entendimento sobre os dilemas do processo educativo (SILVA; SAMPAIO, 2015).

A qualidade do ensino perpassa pela formação docente, e permite que o profissional aja de forma reflexiva em sua prática. Para mais, a formação inicial e continuada deve “proporcionar uma visão sobre a atuação profissional, na qual admite a coerência de atitudes,

o respeito às diferenças e, é através dela, que se deve fazer a relação da teoria e prática para uma atuação mais segura e adequada” (SANTOS; SANTOS, 2021. p. 79).

Percebe-se neste estudo que uma das principais motivações para a formação continuada é a melhoria salarial. Cada novo degrau da formação continuada (especialização, mestrado e doutorado) resulta em um aumento salarial, ou seja, quanto maior a qualificação maior será o salário. Dessa maneira, analisando as principais motivações, algumas formas de motivar o docente é garantindo-lhe benefícios pessoais e financeiros, estabelecendo políticas de progressão salarial, planos de carreira e possibilidade de ascensão.

No que diz respeito à carreira, o vínculo empregatício de 77,8% é efetivo/concursado, e os demais contrato temporário. Dentre os contratados, todos declaram receber décimo terceiro e possuir férias. Contudo, a maioria informa que os seus direitos trabalhistas não são iguais aos dos efetivos. Conforme Piovezan (2017), a flexibilização das formas de contratação é um dos elementos constitutivos da precarização do trabalho docente.

Outrossim, os contratos temporários são uma forma de delimitar os direitos trabalhistas. Dentre algumas das normas estabelecidas sobre contrato temporário pela constituição federal, destacam-se alguns problemas como: FGTS indevido; inexistência de auxílios alimentação, transporte e creche; sucessivas renovações de contratos temporários resultando em negação do direito a férias remuneradas e décimo terceiro salário; impossibilidade de progressão na carreira e falta de processo seletivo (TJDFT, 2020).

Ademais, muitas vezes, a existência de vínculos formais e o elevado grau de qualificação não têm sido suficientes para proteger os trabalhadores da condição precarizada, como pode ser notado na maioria das instituições públicas de ensino superior (BORSOI, 2012).

Do mesmo modo, tanto os efetivos quanto contratados admitem que a instituição possui planos que possibilita a ascensão na carreira, no entanto, apenas 18% declaram estar satisfeitos com essas medidas. E para eles, a principal maneira de ascensão é a qualificação profissional. Essa mesma insatisfação é verificada nos docentes do ensino superior de Minas Gerais, pois, 49,2% consideram o plano de carreira ruim e essa insatisfação decorre de sua má aplicabilidade ser um empecilho à ascensão profissional (RUZA *et al.*, 2015). Isso acaba tornando o plano de carreira um fator de descontentamento, ao invés de motivar a formação continuada.

No que se refiere à satisfação com a carreira, revela-se que a maior parte dos docentes se sente realizado profissionalmente, não deseja desistir da profissão e recomendaria para alunos, familiares e amigos. Contudo, 40,7% consideram a carreira pouco atrativa e a maioria acha que a profissão não é valorizada. Sobre isso, Borsoi (2012) destaca que fatores que precarizam o trabalho docente estabelece uma percepção negativa do mesmo.

Os participantes reiteram que, apesar da profissão docente ser responsável pela formação das demais, ainda é feminizada e pouco valorizada. O incentivo salarial é baixo na formação continuada, principalmente na rede estadual de ensino e se sentem sobrecarregados, sendo que 29,6% se sentem emocionalmente cansados com o trabalho.

Essa feminização da profissão docente é historicamente responsável pela desvalorização da mesma, na medida que ainda hoje, quando algo é relacionado ao feminino perde totalmente o prestígio e credibilidade. Os estereótipos de gênero estão relacionados a uma visão negativa das competências femininas, acarretando na baixa remuneração salarial, más condições de trabalho e menor prestígio (YANNOULAS, 2013; REIS, MARCH, 2021).

Neste estudo, apenas 7 das 16 docentes do sexo feminino afirmam possuir alguém para ajudar nos afazeres domésticos. Essa condição de sobrecarga se intensificou na pandemia, em que as pessoas passavam mais tempo dentro de casa, principalmente os filhos, pelas aulas remotas. Para mais, neste estudo, apenas um dos pesquisados não possui filhos e, considerando que na maioria dos lares brasileiros o cuidado com as crianças ainda é função exclusiva das mães, o cotidiano das docentes do sexo feminino na pandemia se tornou ainda mais exaustivo e opressivo (SOUZA *et al.*, 2021).

Nesta pesquisa, a maioria das docentes possuem filhos (62,5%), destas, 90% possuem especialização ou mestrado, já, das que não têm filhos, 66,6% são doutoras. Lopes, Dellazzana e Boeckel (2014) podem explicar esse dado, reiterando que pode existir uma tendência de a mulher adiar a maternidade considerando o tempo dedicado à qualificação profissional e um bom planejamento antes de ter filho.

Ainda, em um estudo comparativo com docentes de instituições superiores públicas e privadas são encontrados resultados parecidos. Oliveira *et al.* (2015) concluíram que as docentes que possuem filhos têm mais complicações pessoais e profissionais. Os autores ainda revelam que as docentes do sexo feminino da universidade pública possuem menos filhos e essas possuem maior titulação comparadas às da instituição privada. E explica que

isso pode estar relacionado ao fato de essas professoras terem dedicado mais tempo à carreira e aos estudos, o que pode ter levado ao adiamento da maternidade.

Sobre remuneração, a média salarial líquida da maioria dos docentes está entre mais de cinco salários mínimos (55,6%) e cinco salários mínimos (25,9%) e a posição na renda familiar se distribui de forma similar entre única (29,6%), principal (37%) e complementar (33,3%). A instituição educacional em que atuam possui Plano de Cargo Carreira e Remuneração (PCCR) próprio aos profissionais da educação (85,2%).

Sobre questões salariais, é esclarecido que não há atrasos nos pagamentos, a formação e titulação acadêmica e o tempo de serviço são consideradas para o aumento salarial e professores com níveis de formação diferentes recebem salários diferentes. Também, 74% concordam que o desempenho profissional não é um critério para bonificações, apenas 7,4% estão satisfeitos com o salário e 29% informam que o salário não atende às necessidades existenciais como moradia, alimentação, transporte e lazer.

A insatisfação com a remuneração do docente universitário é evidenciada em estudos na Bahia (CAMPOS; VERÁS; ARAÚJO, 2020), Minas Gerais (RUZA *et al.*, 2015), Espírito Santo (BORSOI, 2012), Ceará (GALINDO *et al.*, 2020) e Paraíba (PEREIRA, 2012). Essa insatisfação pode causar frustração, levando ao adoecimento ou até abandono da carreira.

Houve uma correlação positiva entre grau de formação e média salarial ($r = 0,614$, $p = 0,001$), o que indica que os professores mais qualificados tendem a possuir salários mais elevados. Não houve relação entre média salarial e satisfação com o salário ($r = 0,171$, $p = 0,393$), tampouco entre o vínculo empregatício e média salarial ($r = -0,508$, $p = 0,007$). Contribuindo, Galindo *et al.* (2020) verificaram em seu estudo que há uma associação significativa entre a remuneração e o fator realização profissional, inferindo que os professores com salários mais elevados se sentem mais realizados profissionalmente.

Um dos pesquisados informa que a remuneração é baixa e houve muitas perdas pela falta de correção dos salários frente à inflação. Sobre a fala, apesar das reivindicações dos professores universitários da Bahia pelo reajuste salarial, os salários da categoria mantiveram-se congelados por sete anos, durante a gestão do governador Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores.

Um estudo com professores universitários de Belo Horizonte – MG indica que a percepção de sofrimento está relacionada a questão salarial, definidas pelos docentes como precárias (VILELA; GARCIA; VIEIRA, 2013). Eles ainda informam que os pequenos

avanços se referem ao recebimento de gratificações monetária, contudo, isso adia a adoção de uma política salarial de valorização.

Os docentes ainda informam que os seus salários coincidem com os professores do ensino médio e, para auferirem melhores salários, submetem-se a extensas jornadas de trabalho em outras instituições (18,5%) e outros trabalhos fora da docência (29,6%). No entanto, não há relação entre salário e realização de trabalhos em outras instituições ($r = -0,159$, $p = 0,429$), nem entre salário e realização de trabalho fora da docência ($r = -0,098$, $p = 0,626$). Além disso, salientam que os interstícios previstos no plano de cargos e salários vem sendo completamente alterados, causando assimetrias e desconsiderando o esforço de qualificação dos professores.

A saber das condições de trabalho e saúde, foi oferecido o aparato e capacitação tecnológica no período de pandemia, mas insuficientemente e, por isso, não se sentiram preparados para realizar suas funções tranquilamente. Sobre isso, Oliveira e Pereira Junior (2020) deduzem que esse fator pode ter contribuído para a demanda de trabalho nessa conjuntura.

A vista disso, os sujeitos desta pesquisa informam que a instituição possui um projeto de formação de professores em ferramentas digitais, contudo, tiveram que utilizar os próprios recursos financeiros para ter acesso a equipamentos. Outro afirma que as informações surgiram da sinergia de professores e alunos que associaram os seus conhecimentos tácitos em relação à área tecnológica, adaptando-as às condições do processo educacional.

No que se refere à jornada de trabalho, esclarecem que utilizam o tempo em casa para realizar tarefas da docência e ainda que o tempo dedicado ao trabalho interfere na vida pessoal. Para mais, 8 deles realizam atividade remunerada fora da docência. Para os professores universitários capixabas, a sobrecarga de atividades e a competição são os aspectos mais críticos de seu trabalho, gerando insatisfação, desestímulo, desânimo e frustração (BORSOI, 2012).

Essa situação é considerada comum no trabalho docente, pois, os mesmos não conseguem cumprir com todas as demandas no seu horário de labor, fazendo com que as obrigações ocupem todo o seu tempo. Borsoi (2012) revela em sua pesquisa que 77,1% dos participantes trabalham parte significativa da jornada em suas próprias residências e este percentual se eleva quando se trata das mulheres. Isso significa trabalho noturno, nos fins de semana e feriados.

Além disso, há os que buscam outra atividade remunerada, consequência das condições de trabalho e baixos salários. Nota-se que há uma relação entre os docentes que buscam outra atividade remunerada e a não satisfação com o salário (75%) ou parcial satisfação (25%), percebe-se ainda que entre estes insatisfeitos, 62,5% são mestres. Sobre isso, Vilela, Garcia e Vieira (2013) revelam em sua pesquisa diversos fatores associados ao mal-estar e o sofrimento provocado pela precarização do trabalho dos docentes, dentre eles está a necessidade de lecionar em outras instituições de ensino como forma de complementação de salário.

Os participantes mencionam prejuízos relacionados à saúde, pois, houve excesso de tempo de tela, sobrecarga física e mental, aumento das dores do corpo, estresse e ansiedade. Um deles salienta que houve sobrecarga de trabalho, pois o atendimento ao aluno aumentou através do aplicativo WhatsApp e, com isso, manteve-se conectado ao trabalho o tempo todo. Sobre a intensificação da jornada de trabalho na pandemia, um estudo evidenciou que a maior parte das mulheres (e dos homens) teve a percepção de aumento das horas de trabalho, no entanto, mais mulheres (83,3%) possuíam tal percepção que os homens (79,6%). (ARAÚJO; YANNOULAS, 2020).

Outro problema que afeta grande parte dessa categoria, são os transtornos mentais, como estresse, depressão e, principalmente, a Síndrome de Bournout. Os resultados demonstram que 11% afirmam já ter sido diagnosticado com esses problemas, 14,8% parcialmente e 3,7% insuficientemente. Esses transtornos são advindos de situações de precarização vivenciados diariamente pela classe, gerando sobrecarga e tensão, o que causa um sofrimento emocional intenso (CAMPOS; VERÁS; ARAÚJO, 2020).

No tocante a Síndrome de Bournout, trata-se do esgotamento físico e mental, definida nas dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional (CAMPOS; VERÁS; ARAÚJO, 2020), sendo a categoria docente a mais vulnerável nesse sentido (MASSA *et al.*, 2016). Diehl e Marin (2016) analisaram estudos brasileiros realizados, entre os anos de 2010 e 2015, a respeito do adoecimento mental docente e estabeleceram alguns fatores que podem levar ao adoecimento mental dos mesmos, tais como: a pressão pela produção intelectual, a falta de reconhecimento pelo trabalho desempenhado, a sobrecarga laboral e as precárias condições do ambiente físico.

Além disso, 44,4% afirmam possuir alguma doença crônica não transmissível, e destes, 50% concordam que essas doenças podem afetar a sua atuação como docente,

contudo, a maioria nunca solicitou afastamento por problemas de saúde e afirmam que essa decisão não foi por medo de interferir na aposentadoria.

A maioria concorda que a instituição não oferece serviços psicológicos (63%) ou oferece de forma insuficiente (18,5%), 63% afirmam que o estado não possui políticas públicas específicas para cuidar da saúde dos docentes. Contudo, 18,5% afirmam que possuem assistência médica assegurada pelo estado e 18,5% afirmam que é insuficiente.

No contexto pandêmico, os professores passaram por uma mudança brusca em suas rotinas, em que o trabalho é inserido em todos os momentos do cotidiano (ZAIDAN: GALVÃO, 2020) e, com isso, os achados sobre a saúde dos docentes são preocupantes. Os participantes afirmam que a saúde mental foi afetada, principalmente pelo isolamento social e falta de tempo em ócio, causando problemas de ansiedade, estresse e insônia. Em um estudo com professores de diferentes estados do país, Conceição (2021) identificou que o contexto pandêmico reestruturou as formas de lazer do professor universitário, que para além das dimensões do espaço, foram comprometidas pela junção das expressões do tempo em um único ambiente. O autor reitera que as demandas laborais simultâneas às tarefas domésticas e da família comprometeram o lazer.

Em um estudo chinês que objetivou analisar os efeitos da pandemia, antes e depois do pico de contágio, foram encontradas significativas taxas de insônia (20%), estresse agudo (15,85 %), ansiedade (18,5%) e depressão (24,5%) (MORIN; CARRIER, 2021). O que pode ter sido gerado pelas altas cargas negativas de experiências e emoções nesse contexto, como o afastamento familiar, as incertezas sobre o futuro, o medo e o tédio (PEREIRA, 2020).

Para além, um estudo realizado com professores brasileiros a fim de analisar a percepção dos mesmos sobre a educação pós-pandemia, verificou que 60% se sentem sobrecarregados e 62% gostariam de receber apoio psicológico e emocional. Além disso, dentre as suas maiores preocupações, 59% se preocupam principalmente com a própria saúde mental (IP, 2022).

Foram destacados outros problemas como o sedentarismo, resultando em ganho de peso, e outros como dores no corpo, alteração do colesterol e triglicérides, exaustão, cansaço extremo, fadiga e dores nas articulações. Brancaccio *et al.* (2021) salientam que, na pandemia, o engajamento dos professores universitários com o exercício físico vai de 88,7% para 31,8%. O isolamento social associado ao *home office* tende a aumentar o sedentarismo, pois são

despendidas muitas horas diante do computador (BRANCACCIO *et al.*, 2021), que é o caso do professor.

No que diz respeito a percepção dos professores sobre a valorização do trabalho, a maior parte não se sente totalmente valorizada, tampouco acredita que ocorre a valorização e ainda salientam que as políticas públicas de valorização docente não são suficientes. Da mesma forma, os docentes de diferentes estados brasileiros como Espírito Santo (BORSOI, 2012), Ceará (GALINDO *et al.*, 2020), Paraíba (PEREIRA, 2012) e Minas Gerais (RUZA *et al.*, 2015) concordam que a profissão docente não é valorizada.

Além da desvalorização, os pesquisados queixam que o salário precisa ser melhorado, há a necessidade de promoção de políticas públicas para a real valorização, falta ação política planejada e efetiva participação da comunidade universitária nas discussões e o “Participante 25” ressalta que “não se pode valorizar o professor em sociedades capitalistas onde a educação não está pensada como forte condutor da emancipação e liberdade da humanidade”.

Sobre a valorização no contexto pandêmico, os sujeitos afirmam que não aconteceu, e que inclusive, alguns direitos foram perdidos. Além disso, não houve apoio da secretaria estadual de educação para executar as atividades nesse período, mas alguns mencionaram que houve valorização por meio das formações e manutenção do salário integral. Sobre isso, Barros e Cardoso (2020) indicam que a falta de formações a adaptação em curto prazo pode gerar conflitos a partir de experiências negativas como perdas, estresse, ansiedade e medo.

Ainda, Souza *et al.* (2021), avaliando o contexto pandêmico, afirmam que as novas demandas e diferentes metodologias de ensino sobrecarregaram o professor, proferindo a eles maiores exigências e desafios que querem abertura às descobertas e às novas formas de aprendizagem sem um mínimo de capacitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos, reafirmando-se aqui o que é de comum conhecimento sobre a profissão de professor no Brasil, a classe não se sente valorizada, os salários precisam ser ajustados e há a necessidade da promoção de políticas públicas para a real valorização docente. Para mais, a desvalorização do professor não é advinda apenas de uma questão histórica, mas também é decorrente de questões sociais, políticas e econômicas.

A educação é um fator crucial para o desenvolvimento de um país, pois além de promover o conhecimento teórico, ela promove a formação de cidadãos que construirão um meio social para o bem comum. Considerando a fala do “participante 25”, em um país capitalista que visa o lucro acima de tudo, o declínio da valorização é de responsabilidade sobretudo dos governantes, que agem meticulosamente com o intuito de boicotar a educação.

REFERÊNCIAS

Araujo, S. C. L. G., & Yannoulas, S. C. (2020). Trabalho docente, feminização e pandemia. *Retratos da Escola*, 14(30), 754-771.

BARROS, C. C.A.; & CARDOSO, B. L. C. (2020). A Educação no contexto da pandemia: reflexões acerca das condições de trabalho e saúde do profissional docente. In: XXV EPEN – Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica da ANPED. Faculdade de Educação da UFBA.

Borsoi, I. C. F. (2012). Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(1), 81-100.

Brancaccio, M., Mennitti, C., Gentile, A., Correale, L., Buzzachera, C. F., Ferraris, C., ... & Scudiero, O. (2021). Effects of the COVID-19 pandemic on job activity, dietary behaviours and physical activity habits of university population of Naples, Federico II-Italy. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(4), 1502.

BRASIL. (1996). LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Disponível em: < L9394 (planalto.gov.br)> acesso em 28 mai. 2022.

Campos, T. C., Vêras, R. M., & Araújo, T. M. D. (2020). Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 25, 745-768.

Campos, T., Vêras, R. M., & de Araújo, T. M. (2020). Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. *Revista Docência do Ensino Superior*, 10, 1-19.

Carlotto, M. S. (2002). A síndrome de burnout e o trabalho docente. *Psicologia em estudo*, 7, 21-29.

CASTRO NETA, A. A. D. (2020). *A precarização do trabalho e os impactos para o processo de adoecimento da classe trabalhadora docente. 2020. 200 f* (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista–Ba).

Conceição, V. M. (2021). Impactos da pandemia de Covid-19 no lazer e no trabalho do professor universitário em home office. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 24(3), 490-526.

Diehl, L., & Marin, A. H. (2016). Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 7(2), 64-85.

Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. *Caderno Crh*, 24, 37-57.

FRANCO, F. A. R. S. (2022). Precarização do trabalho docente em tempos de ensino remoto emergencial. IN: CARDOSO, B. L. C; NUNES. C. P; FAGUNDES, H. P. P. *Condições do Trabalho Docente: Instabilidade e Rupturas*. Pedro e João Editores. São Paulo. p. 179-193.

Galindo, M. C. T., Maciel, R. H. M. D. O., Matos, T. G. R., Viana Filho, M. V. C., Vale, S. F. D., & Silva, R. D. (2020). Prazer e Sofrimento no Trabalho Docente em uma Instituição de Ensino Superior. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(3), 1-16.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.

Lopes, M. N., Dellazzana-Zanon, L. L., & Boeckel, M. G. (2014). A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea ea maternidade tardia. *Temas em psicologia*, 22(4), 917-928.

MANGABEIRA, T. C. L; FONSECA, E. P. P. & SOUZA, A. S. A precarização do trabalho docente em tempos de pandemia (2022). IN: CARDOSO, B. L. C; NUNES. C. P; FAGUNDES, H. P. P. *Condições do Trabalho Docente: Instabilidade e Rupturas*. Pedro e João Editores. São Paulo. p. 133-149.

MARX, K. (1964). Associações sindicais: seu passado, presente e futuro. Resolução sobre os sindicatos do Congresso de Geneva. *A Internacional na Alemanha (1864-1872)*. sl: *Documentos e Materiais*.

Massa, L. D. B., de Souza Silva, T. S., Sá, I. S. V. B., de Sá Barreto, B. C., de Almeida, P. H. T. Q., & Pontes, T. B. (2016). Síndrome de Burnout em professores universitários. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 27(2), 180-189.

Maues, O. C. (2015). O sindicato da Educação Superior e as políticas Educacionais. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 7(2), 252-262.

MCKEEVER, A.(2021). Covid matou mais de cinco milhões de pessoas no mundo: e a pandemia está longe de acabar. Disponível em: < Covid-19 matou mais de cinco milhões de pessoas no mundo– e pandemia está longe de acabar | National Geographic (nationalgeographicbrasil.com)> acesso em 27 set. 2022.

Moreira, D. M. S., de Freitas Mussi, R. F., & Cardoso, B. L. C. (2022). Questionário sobre valorização docente (Q-VD): elaboração e validação de um instrumento. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 15(34), 4.

Morin, C. M., & Carrier, J. (2021). The acute effects of the COVID-19 pandemic on insomnia and psychological symptoms. *Sleep medicine*, 77, 346.

NUNES, C. P; CARDOSO, B. L. C; & SOUSA, E. C; Condições de trabalho e saúde do professor. (2020). Vitória da Conquista – BA. *Edições UESB*.

Oliveira, D. A., & Junior, E. A. P. (2021). Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. *Retratos da escola*.

Oliveira, M. M., Menezes, R. S. S., de Castro Alcântara, V., Silva, F. D., & Silva, N. N. (2015). Conciliando a carreira docente e família: um estudo comparativo entre professoras de instituição de ensino superior pública e privada. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, 26(1), 69-102.

PEREIRA, J. D. K. A. (2012). Satisfação profissional dos contadores docentes: um estudo nas Instituições de Ensino Superior no Sertão da Paraíba.

Pereira, M. D., de Oliveira, L. C., Costa, C. F. T., de Oliveira Bezerra, C. M., Pereira, M. D., dos Santos, C. K. A., & Dantas, E. H. M. (2020). A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. *Research, Society and development*, 9(7), e652974548-e652974548.

Piovezan, P. R. (2017). As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal.

REIS, Thiele Duarte; MARCH, Claudia. Trabalho docente, saúde e gênero: implicações da conjuntura político-econômica na educação superior. *Revista Katálysis*, v. 24, p. 310-320, 2021.

Rodrigues, A. M. D. S., Souza, K. R. D., Teixeira, L. R., & Larentis, A. L. (2020). A temporalidade social do trabalho docente em universidade pública e a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 1829-1838.

Ruza, F. M., Silva, S. A. D., & Pádua, K. C. (2015). Ser professor universitário: identidades construídas entre aspectos de satisfação e insatisfação profissional. *Linhas Críticas*, 21(44), 179-198.

Silva, M. P. D., Bernardo, M. H., & Souza, H. A. (2016). Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 41.

Fonseca Araújo, N. R. R. (2020). O trabalho docente no contexto da pandemia. *Cadernos de estágio*, 2(1), 69-71.

Souza, K. R. D., Santos, G. B. D., Rodrigues, A. M. D. S., Felix, E. G., Gomes, L., Rocha, G. L. D., ... & Peixoto, R. B. (2020). Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19, e00309141.

TJDFT. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Contrato temporário: delimitação dos direitos trabalhistas. 2020. Disponível em: <Contrato temporário – delimitação dos direitos trabalhistas — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (tjdft.jus.br)> acesso em 19 set. 2022.

Vilela, E. F., Garcia, F. C., & Vieira, A. (2013). Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 19, 517-540.

VIANNA, C. P., & YANNOULAS, S. C. (2013). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações.

ZAIDAN, J. D. M., & GALVÃO, A. C. (2020). COVID19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada. *Pandemias e pandemônio no Brasil. São Paulo: Instituto Defesa da Classe Trabalhadora*, 261-275.